



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Educação e Política Social

A luta dos movimentos estudantis na reforma do ensino médio

Lauane Barbosa Gusson¹
Julia dos Santos Pereira²
Eliza Bartolozzi Ferreira³

Resumo: O presente estudo trata da relação entre a reforma do ensino médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, e a luta do movimento estudantil pela sua revogação. O objetivo é analisar as implicações dessa reforma educacional e a resposta dos estudantes pela sua revogação. Através da revisão bibliográfica, abordaremos principalmente, as ações realizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) que têm se organizado diante da Reforma, na luta por um Ensino Médio democrático. Foi possível perceber o impacto causado pela UBES, ao puxar atos nacionais e levar milhares de estudantes para as ruas em prol da revogação do Novo Ensino Médio, e o incômodo gerado pelas suas manifestações levaram à ações significativas do Ministério da Educação.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio; Movimento estudantil; Educação.

The struggle of student movements in secondary education reform

Abstract: This study deals with the relationship between the secondary education reform, established by Law No. 13,415/2017, and the student movement's struggle for its repeal. The objective is to analyze the implications of this educational reform and the students' response to its repeal. Through the bibliographical review, we will mainly address the actions carried out by the National Union of Students (UNE) and the Brazilian Union of Secondary Students (UBES) that have organized themselves in the face of the Reform, in the fight for a democratic Secondary Education. It was possible to perceive the impact caused by UBES, by pulling national acts and taking thousands of students to the streets in favor of the repeal of the New Secondary Education, and the discomfort generated by their demonstrations led to significant actions by the Ministry of Education.

Keywords: New high school; Student movement; Education.

1 Introdução

A política governamental do Novo Ensino Médio foi estabelecida por meio da Medida Provisória nº 746/2016, em um período conturbado da política brasileira. Logo após o golpe político na presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, foi apresentada a Medida Provisória em setembro do mesmo ano, e em fevereiro de 2017, foi convertida na Lei nº 13.415/2017. Essa lei,

¹ Graduanda em história. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: lauane.gusson@edu.ufes.br

² Mestranda em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Email: juliadspk10@gmail.com

³ Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: eliza.bartolozzi@gmail.com

Altera as Leis n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n^o 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n^o 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Brasil, 2017).

Com a promulgação da lei, algumas disciplinas deixaram, inicialmente, de ser obrigatórias, deslocando o foco para o desenvolvimento individual das habilidades e competências dos discentes, tornando assim o ensino mais empobrecido e concentrado no mercado de trabalho. Ademais, a introdução de itinerários formativos nos currículos escolares, além de individualizar o percurso escolar, são itinerários que visam uma formação de baixa complexidade e, portanto, distantes de realmente favorecer o acesso ao trabalho exigido na era digital, e como agravante, a reforma não visa oferecer melhores condições estruturais às escolas.

Seguindo nesta primícia, pode-se dizer que essas mudanças “podem resultar, na realidade, no alargamento do fosso que existe entre, de um lado, a Educação de boa qualidade; e de outro lado, o ensino destinado às camadas desprovidas de recursos materiais” (Riguetti; Castro; Souza, 2018, p. 8), já que o número de desigualdade das classes sociais se tornaram cada vez maior, favorecendo o sistema capitalista, uma vez que haverá um aumento da mão de obra trabalhadora das classes baixas. E assim, o espaço escolar que deveria ser utilizado como ferramenta de desenvolvimento intelectual crítico capaz de reproduzir indivíduos capacitados intelectualmente para assumir grandes cargos, estará apenas contribuindo para o crescimento econômico das classes mais favorecidas, de maneira que a desigualdade social se faça cada vez mais presente na sociedade.

Levando em conta este cenário de implementação da lei e considerando as repercussões dessa reforma na vida dos jovens e dos trabalhadores docentes, os movimentos estudantis, sindicais e acadêmicos protagonizaram intensos debates e manifestações de rua pela revogação da citada lei. A comunidade acadêmica brasileira, por sua vez, vem divulgando uma quantidade considerável de análises assentadas na empiria observada nas escolas do país com o objetivo de revelar, sobretudo, a realidade escolar de aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais. Este texto

compreende a importância de examinar as contribuições da pesquisa acadêmica para esse debate da atual reforma do ensino médio (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Os impactos decorrentes das alterações implementadas no ensino médio têm gerado uma crescente insatisfação e revolta, especialmente em virtude do aumento das desigualdades sociais, cujo impacto afeta de maneira significativa os jovens estudantes. Nesse contexto, os movimentos estudantis surgem como a principal forma de resistência para esses estudantes, que se organizam estrategicamente para enfrentar os desafios dessa reforma, que visa privilegiar, sobretudo, as exigências do mercado de trabalho.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo discutir a participação dos movimentos estudantis diante da implementação do Novo Ensino Médio, verificando como suas ações e demandas contribuem para a promoção de uma educação mais democrática. O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, utilizando de fontes secundárias, abrangendo a bibliografia relacionada ao tema, não sendo mera repetição do que já foi escrito, mas uma pesquisa que propicia “[...] o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183)

Para melhor elucidação do tema, partiremos dos estudos produzidos no campo educacional, verificando as principais discussões que cercam a implementação da Reforma do Ensino Médio, e em seguida, as manifestações dos movimentos estudantis contra as atuais mudanças promovidas. Abordaremos principalmente, as ações realizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) que têm se organizado diante da Reforma, na luta por um Ensino Médio democrático. Essa escolha se justifica pela legitimidade, amplitude, quantidade de membros e diversidade de forças políticas que compõem esses dois movimentos.

2 O processo antidemocrático de implantação Reforma do Ensino Médio

A Reforma do Ensino Médio ocorreu em um contexto turbulento da política e da educação brasileira. Lima e Araújo (2023) e Melo, Matos e Costa (2023) trazem em seus estudos um panorama geral deste processo. O contexto traz a implementação da Lei nº 13.005/2014 aprovando o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece metas para a educação brasileira, sendo uma delas, a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciando sua sistematização em 2015, no governo

Dilma. Porém, com o golpe político de 2016, que resultou no impeachment da presidenta e início do governo Temer, houve um período marcado por reformas estruturais neoliberais e capitalistas, principalmente com a apresentação da Medida Provisória nº 746/2016, quase imediatamente após o golpe. Em fevereiro de 2017, a medida provisória foi convertida na Lei nº 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio (REM) ou Novo Ensino Médio (NEM), alterando a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.694/1996) que era vigente para essa etapa da educação, introduzindo mudanças significativas no currículo escolar.

Com a interrupção do processo gradual de assegurar o direito à educação no Brasil pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no mês seguinte, a medida política de “reformatar” o ensino médio foi uma das primeiras ações do governo Michel Temer. Logo, a reforma foi feita de maneira acelerada, sem a realização de consultas públicas, o que significa que os principais afetados por essa política, os alunos e professores, não foram ouvidos.

O debate sobre a reforma focou na necessidade de priorizar a relação entre teoria e prática, promovendo currículos mais flexíveis que combinassem conteúdos obrigatórios e eletivos, além de incentivar a formação profissional integrada ao itinerário formativo dos alunos. Segundo os portais do MEC, os principais argumentos para a reforma foram sobre tornar essa etapa de ensino mais atrativa para os jovens, reduzir a evasão escolar e alinhar o ensino médio às novas demandas do mundo do trabalho e da vida, especialmente na era digital. O próprio ministro que lançou a reforma, relata que “cerca de 80% dos nossos jovens que terminam o ensino médio não entram na faculdade e saem sem formação para o mundo do trabalho” (Brasil, 2016), ou seja, ele sugere que a formação científica não é essencial para esses estudantes, já que a maioria não segue os estudos em nível superior, por isso o Novo Ensino Médio traz a redução de disciplinas científicas em favor de um foco maior na “formação profissional”.

O contexto também inclui cortes de gastos em políticas sociais e um cenário de desemprego, contribuindo para a polarização e manifestações contrárias. Há, inclusive, questionamentos sobre a efetividade e igualdade na implantação da reforma, já que é importante considerar as questões socioeconômicas e a falta de investimento financeiro na educação brasileira (Lima; Araújo, 2023). As desigualdades regionais e sociais ampliadas pela implantação do NEM também são evidenciadas, uma vez que, há

discrepâncias nas infraestruturas das escolas públicas brasileiras, sendo assim, nem todas terão investimentos para implantar as alterações previstas no NEM (Machado; Mueller, 2023).

Ainda neste cenário, Ortega, Silva e Hollerbach (2023) realizaram um levantamento bibliográfico buscando compreender as primeiras aproximações sobre a reforma no Brasil. Por meio da análise de conteúdo dividiram o corpus da pesquisa em três grandes categorias e chegaram às devidas considerações finais: ausência de diálogo com os sujeitos da educação e autoritarismo na reforma, concluíram que a disputa de narrativas permanece aberta; mudanças curriculares e ensino integral, identificaram principalmente o currículo visando resultados nas avaliações em larga escala; por fim, atuação e ingerência dos setores privados, mostrando que agentes ligados ao capital se fizeram e fazem presentes na reforma.

Diante disso, pode-se verificar algumas aproximações da pesquisa de Ortega, Silva e Hollerbach (2023) com o capitalismo e neoliberalismo, sendo de grande destaque os efeitos e as influências desses sistemas para a educação nas últimas décadas. Munhoz et al. (2023) buscam verificar em seu estudo as relações entre o Novo Ensino Médio e a BNCC com o neoliberalismo, baseando-se em fontes bibliográficas e no materialismo histórico-dialético. Ressaltam a influência do neoliberalismo nos documentos que orientam a educação, como a BNCC e a lei da REM, que estão moldando a função escolar para atender aos interesses do mercado de trabalho, buscando formar indivíduos flexíveis e adaptáveis às demandas sociais. Essa abordagem resulta na desvalorização do processo de aprendizagem e prioriza a formação voltada para o trabalho, sendo assim, a educação é vista como uma mercadoria vinculada aos interesses do capital.

Do mesmo modo, Munarolo, Piovesana e Mendonça (2023) relacionam a Reforma do Ensino Médio com a Teoria do Capital Humano (TCH) através de uma pesquisa bibliográfica e sinalizam a reforma como um retrocesso educacional, pois exprime a “desescolarização” da juventude apoiada na TCH, com o currículo de competências e habilidades que aumentam chances de empregabilidade e diminuem conteúdos teóricos, como pode ser mais bem observado no trecho das considerações finais:

A REM representa, portanto, um grande retrocesso educacional, que, reduzindo a herança intelectual e cultural da humanidade a alguns conhecimentos considerados “úteis” e “interessantes”; colocando uma importante decisão a ser realizada precocemente; desconsiderando a realidade de jovens que trabalham e não conseguem se inserir em um ensino integral; priorizando o ensino de competências que normalizam os sofrimentos advindos de um mundo competitivo e extremamente exigente; e transformando a docência em um trabalho cada vez menos qualificado e valorizado, agrava e legitima as desigualdades já existentes (Munaro; Piovenasa; Mendonça, 2023, p. 63).

Diante do contexto apresentado através das discussões conduzidas por pesquisadores na área educacional acerca do Novo Ensino Médio, é pertinente concentrar nossa atenção agora para as lutas e resistências à essa reforma de cunho neoliberal na educação brasileira. Neste sentido, dialogando com os principais pontos destacados pela comunidade acadêmica neste tópico, no contexto da Lei nº 13.415/17, busca-se uma compreensão mais direta de como os movimentos estudantis têm se organizado mediante os desdobramentos da reforma, bem como a importância dessas ações na busca de um ensino médio democrático para todos os envolvidos educação escolar.

A participação popular no processo de implementação da reforma do Novo Ensino Médio no Brasil tem sido caracterizada por uma forte resistência e mobilização social, evidenciado um amplo descontentamento com o processo e os resultados da mudança. Além disso, a falta de diálogo e consulta prévia com os grupos afetados tem suscitado críticas de inúmeras organizações de diversos setores, como estudantis, sindicais e sociais, sendo contrários à realização dessa reforma. Os protestos, as ocupações de escolas, as campanhas nas redes sociais e as ações legais são apenas algumas das maneiras pelas quais o descontentamento e solicitações de revisão da imposição dos parâmetros têm sido manifestados. Em geral, esses movimentos têm reivindicado uma reforma educacional democrática e inclusiva, que seja capaz de contribuir para a redução das desigualdades e proporcionar educação de qualidade a todos os jovens brasileiros.

3 O papel dos movimentos estudantis na luta por um Ensino Médio democrático

Há muitos anos, a educação tem sido utilizada como uma ferramenta de poder para legitimar as ações dos grupos que ocupam os espaços de influência, especialmente por meio de diversas reformas educacionais que ocorreram no Brasil, até a Lei nº 13.415/2017. Medeiros (2019) afirma que

[...] a educação, justamente pelo seu papel emancipador, por vezes foi utilizada como um instrumento de controle e de legitimação de poder. O ensino das humanidades, por exemplo, sofreu interferência dos ideários de diferentes governos durante períodos distintos da história política brasileira (Medeiros, 2019, p. 209).

Nesse contexto, não é surpreendente que, em um cenário neoliberal, tenha ocorrido mais uma reforma educacional, a qual teve como um de seus principais impactos a redução da carga horária das disciplinas humanas, as quais são consideradas essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico dos cidadãos. A luta para assegurar o direito à educação, especificamente um ensino médio democrático no Brasil, não é recente; há anos ocorrem intervenções políticas e resistências, assim como as manifestações presentes durante a ditadura militar. Nesse cenário, os movimentos estudantis se destacam pela sua atuação. Em um cenário contemporâneo marcado pelo ressurgimento do neoliberalismo e pela crescente globalização do capital, a resistência desses movimentos se torna ainda mais necessária, já que estamos vivenciando um período caracterizado por pautas conservadoras que ameaçam conquistas educacionais e sociais.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é a entidade representativa dos estudantes do ensino básico e médio, desempenhando um papel central na mobilização e articulação das lutas pela revogação da reforma do ensino médio. A UBES foi inaugurada de forma oficial como entidade em 1948, mas mesmo antes da sua fundação

[...] os jovens já se organizavam em grêmios escolares com o objetivo de debater questões relacionadas à educação. Após a institucionalização do Movimento Estudantil secundarista em 1948, por meio da entidade que na época era denominada de UNES, as pautas para a educação foram ampliadas e os estudantes passaram a desenvolver lutas delineadas por contornos que visavam não apenas a democratização da educação de nível médio para a classe trabalhadora, mas também, a oferta de uma educação efetivamente pública e de qualidade (Boutin, 2020, p. 301).

A UBES participou, em 2016, das ocupações de aproximadamente 1.400 instituições públicas de ensino (Ferreira; Silva, 2017), que tinham como objetivo protestar contra a Medida Provisória nº 746/2016 que visava a reforma do novo médio, e assim pressionar o governo a reconsiderar suas propostas. Essas ocupações não só chamaram a atenção, mas também promoveram uma amplitude no debate sobre a reforma educacional, fortalecendo a mobilização dos estudantes.

Figura 1 - Estudantes ocupando uma instituição de ensino como forma de protesto em 2016



Fonte: UBES (2016).

Leal e Lima (2023) afirmam que as forças populares que ocuparam as escolas e mobilizaram ações pela revogação do Novo Ensino Médio nessa época, incluíam jovens estudantes, classe trabalhadora e setores médios progressistas atuando contra os interesses neoliberais na educação, que promovem a precarização das escolas e uma formação orientada pela lógica neoliberal, logo, para o trabalho precário.

Com a pandemia, houve um atraso na implementação das alterações no Ensino Médio, e somente em 2022 a grande maioria dos estudantes, professores, pais e a sociedade em geral começaram a sentir efetivamente os impactos dessas mudanças. Nesse mesmo ano, foi divulgada uma Carta Aberta, direcionada ao pleito eleitoral, como forma de pautar o tema de revogação do Novo Ensino Médio, como forma de pautar o compromisso do Governo Lula, à época ainda não eleito, essa carta foi assinada por “282 associações científicas, sindicatos, entidades representativas, movimentos sociais, coletivos e grupos de pesquisa vinculados à educação e ao ensino – um recorde de rejeição a uma única reforma educacional” (Cássio; Goulart, 2022, p. 290). Esse fato evidenciou a ampla insatisfação com a reforma.

Em 2023, com um governo democrático no poder, esperava-se que a revogação da reforma do ensino médio fosse realizada. No entanto, não houve qualquer ação por parte do Ministério da Educação nesse sentido. Diante disso, as mobilizações do movimento estudantil em busca da revogação ganharam mais força, refletindo o crescente número de secundaristas insatisfeitos com o Novo Ensino Médio. A UBES organizou um ato nacional em prol da revogação do NEM no dia 15 de março de 2023, reunindo mais de 150 mil estudantes nas ruas de todo o país (UBES, 2023b). Este ato contou com a parceria de diversas entidades estudantis e movimentos sociais, incluindo

a União Nacional dos Estudantes (UNE), que possui uma longa trajetória de engajamento em lutas políticas e sociais e, no cenário atual, continua desempenhando um papel crucial.

Figura 2 - Estudantes nas ruas durante o ato nacional contra o Novo Ensino Médio, organizado pela UBES em 15 de março de 2023.



Fonte: UBES (2023b).

Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação anunciou uma consulta pública juntamente com a suspensão do calendário acadêmico de reelaboração do ENEM. Esta medida foi oficializada pela Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, onde dizia que:

Art. 1º Instituir a consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, com objetivo de abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação para a coleta de subsídios para a tomada de decisão do Ministério da Educação - MEC acerca dos atos normativos que regulamentam o Novo Ensino Médio (Brasil, 2023).

Após a consulta pública, a UBES divulgou uma nota informando que, em março do mesmo ano, a entidade participou do Encontro dos Estudantes, um evento promovido pelo MEC. Durante o evento, a UBES apresentou uma carta de reivindicações, destacando a importância da própria consulta pública. A entidade enfatizou que a realização da consulta foi fundamental, pois permitiu que muitos secundaristas expressassem suas opiniões e preocupações sobre a reforma do ensino médio. (UBES, 2023c) Embora a consulta não tenha garantido a revogação da reforma, a UBES considerou essa ação uma vitória para o movimento estudantil, que luta desde 2016 para que suas vozes sejam ouvidas, e nessa mesma nota, a entidade aproveitou para chamar os estudantes para um novo ato no dia do estudante 11 de Agosto, confira abaixo

o chamado da UBES em parceria com a UNE dia do estudante, em busca pela revogação do Novo Ensino Médio.

Historicamente, o dia 11 de agosto é considerado um dia de luta das e dos estudantes em defesa da educação e da democracia no Brasil, e neste 11 de agosto iremos às ruas de todo o Brasil, para pautar a revogação do novo ensino médio e a recomposição no orçamento federal. Convidamos a todos, todas e todes estudantes para irmos às ruas em defesa de uma educação cada vez mais plural, gratuita e de qualidade (UBES, 2023a).

Figura 3 - Estudantes em manifestação em 11 de agosto, em defesa do orçamento da educação e pela revogação do Novo Ensino Médio.



Fonte: UBES (2023a).

Milhares de estudantes se mobilizaram em todo o país em defesa da educação, acompanhados por sindicatos, movimentos sociais e outras organizações. Diante da pressão dos estudantes e professores, o governo Lula, em 2023, apresentou à Câmara dos deputados um projeto de lei que busca corrigir os problemas do NEM. E em 2024, houve algumas mudanças previstas, como nova divisão da carga horária: mantendo-se as 3.000 horas, agora são 2.400 horas para disciplinas obrigatórias e 600 horas para optativas, ao invés das anteriores 1.800 horas obrigatórias e 1.200 optativas. A lista de disciplinas obrigatórias também foi revisada, incluindo linguagens, artes, educação física, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais. Outra alteração importante é a exigência de que a carga horária destinada à formação geral básica seja presencial, ao contrário da lei anterior que permitia a oferta de conteúdos obrigatórios online. Após essas alterações, o Movimento Estudantil comemorou os alcances, mas entendendo também que ainda há muitas mudanças necessárias, já iniciou novas mobilizações para um ato em rua chamado de #9A (9 de abril de 2024) em defesa da revogação completa do NEM.

A luta pela revogação do Novo Ensino Médio continua, pois ainda há mudanças urgentes a serem debatidas, assim como: 1) O debate em torno das optativas, ou itinerários formativos, escolhidos pelos alunos, permanece crucial. Anteriormente, totalizavam 1.200 horas, agora reduzidas pela metade para 600 horas. No entanto, persistem preocupações sobre a liberdade de escolha dos alunos. Na prática, esses itinerários são agrupados por áreas de conhecimento, e cada escola pode oferecer apenas até dois itinerários. Isso se torna especialmente problemático em regiões com recursos educacionais limitados, onde a oferta de itinerários é escassa, negando aos alunos a verdadeira opção de escolha. 2) É crucial ressaltar a necessidade de acabar com o chamado "notório saber", que permite a contratação de docentes sem titulação para o ensino profissional. Isso compromete a qualidade da educação e prejudica os estudantes. 3) O modelo de ensino médio em tempo integral, embora inicialmente pareça benéfico, muitas vezes exclui jovens trabalhadores, que precisam ajudar em casa ou sustentar suas famílias.

Em resumo, embora haja avanços no projeto aprovado na Câmara dos Deputados, a proposta ainda apresenta muitos limites quando nos pautamos no direito à educação para todas as juventudes, sobretudo aquelas situadas nas classes populares. Ademais, é preciso corrigir os problemas causados pela implementação do NEM para que esta etapa da educação básica assegure de fato uma formação para as juventudes brasileiras que integre o mundo do trabalho e garanta a continuidade dos estudos em nível superior. Nesse sentido, o movimento estudantil se mostra contínuo na luta por uma educação mais inclusiva, equitativa e acessível para todos.

4 Considerações finais

Os movimentos estudantis surgem como um elemento crucial na batalha pela construção de um ensino médio democrático. É uma tradição, de períodos anteriores, a presença desses jovens ativistas, mobilizados para exigir uma educação justa e democrática para todos, incomodando os detentores do poder a tal ponto que suas reivindicações geram impacto em nível nacional. Essa participação ativa e persistente demonstra a importância fundamental dos movimentos estudantis como agentes de mudança na sociedade e na política educacional.

Foi possível perceber o impacto causado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que mobiliza atos nacionais e leva milhares de estudantes para as ruas em prol da revogação do Novo Ensino Médio, e o incômodo

gerado pelas suas manifestações levaram à ações significativas do Ministério da Educação. Sendo assim, percebe-se a sua importância e a necessidade de continuar com a luta pela revogação do NEM, uma vez que os impactos dessa reforma persistem na sociedade, e precisam de mudanças efetivas para alcançar uma educação que seja de fato um direito de todos, garantindo assim que os filhos da classe trabalhadora tenham condições objetivas de emancipação social e econômica e, também, que seja garantido o seu direito de acesso ao ensino superior.

Referências

- BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona et al. **A relação de forças entre a UNESCO e o Movimento Estudantil e sua materialização na reforma do Ensino Médio através da lei nº 13.415/2017**. 2020. 377f. Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2020. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3264/1/Aldimara%20Catarina%20Brito%20Delabona%20Boutin.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Governo lança Novo Ensino Médio, com Escolas em Tempo Integral e nova proposta curricular**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/novo-ensino-medio#:~:text=%E2%80%9Choje%2C%20cerca%20de%2080%25,origem%20ou%20local%20de%20moradia>. Acesso em: 28 maio 2023.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria n. 399 de 08 de março de 2023**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 20 maio 2024.
- _____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 20 maio 2024.
- CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da escola**, Brasília/DF, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 27 maio 2024.

FERRARO, Alceu R.; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos sociais: revolução e reação**. Pe-lotas - RS: Educat, 1999.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da. Centralidade do ensino médio no contexto da nova "ordem e progresso". **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 287-292, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/88zn9TyCkLVg9xCY8ghshCq/>. Acesso em: 27 maio 2024.

G1. (2016). **Estudantes ocupam escolas em protesto contra a MP do Ensino Médio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/10/estudantes-ocupam-escolas-em-protesto-contra-mp-do-ensino-medio.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

G1. **Câmara aprova mudanças no Novo Ensino Médio; disciplinas obrigatórias vão ter aumento de carga horária**. **Jornal Nacional**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/03/21/camara-aprova-mudancas-no-novo-ensino-medio-disciplinas-obrigatorias-va-ter-aumento-de-carga-horaria.ghtml>. Acesso em: 27 maio 2024.

LIMA, Jardson Souza de; ARAÚJO, Karlane Holanda. Pós-golpe: o ataque neoliberal na política de reforma do "novo" ensino médio. In: COSTA, Anderson Gonçalves; ARAÚJO, Karlane Holanda. (Org.). **Políticas educacionais: repercussões e dissonâncias**. Porto Alegre: Fi, 2023, p. 38-58.

MACHADO, Damila; MUELLER, Rafael Rodrigo. A Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio: naturalizando desigualdades. **Revista Saberes Pedagógicos**, Criciúma/SC, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/8147/6708>. Acesso em: 23 maio 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder/Brazilian Military dictatorship: The Education as an instrument of Power. **ID on line**. **Revista de psicologia**, v. 13, n. 48, p. 208-229, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2255/3414>. Acesso em: 24 maio 2024.

MELO, Lana Cristina Barbosa de; MATOS, Maria Almerinda de Souza; COSTA, Nayara Ferreira. A nova BNCC do Ensino Médio: Uma revisão de trabalhos publicados no Portal de Periódicos Capes/MEC. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo/RS, v. 30, p. e14324, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14324/114117297>. Acesso em: 25 maio 2023.

MUNAROLO, Ana Beatriz; PIOVESANA, Gabriel Franco; MENDONÇA, Samuel. Reforma do Ensino Médio e Teoria do Capital Humano: uma aproximação. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, Itapetinga/BA, v. 4, n. 1, p. 41-66, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/12374/7723>. Acesso em: 20 maio 2023.

MUNHOZ, Maria Luiza; MEDEIROS, Paulo Jorge; SANTANA, Junior Neto; MOLINA, Adão Aparecido; PERIN, Conceição Solange Bution. A BNCC e o novo ensino médio: a educação sob a ótica do neoliberalismo. **Ensino e Tecnologia em Revista**, Londrina/PR, v. 7, n. 2, p. 16-31, 2023. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/etr/article/view/16428/9641>. Acesso em: 23 maio 2023.

ORTEGA, André Randazzo; SILVA, Rayane Oliveira da; HOLLERBACH, Joana D'arc Germano. **A reforma do ensino médio a partir da produção bibliográfica: primeiras aproximações**. In: IV COLÓQUIO DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2023, Sorocaba/SP. Anais do Colóquio de Políticas e Gestão da Educação. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos, p. 190-202. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1078/1276>. Acesso em: 24 maio 2023

RIGUETTI, Matheus Augusto Moreira; CASTRO, V. C.; SOUZA, R. S. **Bourdieu e o Novo Ensino Médio: capital cultural e a metástase do poder no Brasil**. In: v. 4 (2018): IV Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP. 2018. Disponível em: <https://www.revistaifspsr.com/v7n24p01a09.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

UBES. **A reconstrução do Brasil pelas mãos dos estudantes: 11 de agosto nas ruas em defesa do orçamento da educação e pela revogação do Novo Ensino Médio**. 2023a. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2023/artigo-a-reconstrucao-do-brasil-pelas-maos-dos-estudantes-11-de-agosto-nas-ruas-em-defesa-do-orcamento-da-educacao-e-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 24 maio 2024.

_____. **Estudantes vão às ruas em ato nacional contra o Novo Ensino Médio (NEM)**. 2023b. Disponível em <https://www.ubes.org.br/2023/estudantes-vao-as-ruas-em-ato-nacional-contra-o-novo-ensino-medio-nem/>. Acesso em: 24 maio 2024.

_____. **Mais de 30 dias de ocupação: estudantes contam por que ocupar e resistir**. 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/mais-de-30-dias-de-ocupacao-estudantes-contam-por-que-ocupar-e-resistir/>. Acesso em: 20 maio 2024.

_____. **Nota da UBES: Consulta Pública do Novo Ensino Médio**. 2023c. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2023/nota-da-ubes-consulta-publica-do-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 24 maio 2024.

VOSGERAU, Dilmeire Sant Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, p. 165-190, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2014000100009&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 22 maio 2023.